

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação, através do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para futura e eventual aquisição de materiais de premiação para eventos esportivos (troféus, medalhas e camisetas) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por igual período conforme art. 84 da Lei 14.133/21, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/21 e art. 3º, incisos I e II do Decreto Federal n.º 11.462/2023.
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por lote, conforme art. 33, inciso I c/c 40, §2º, inciso I da Lei 14.133/21

1.6 Aquisição de materiais para eventos esportivos, como medalhas, troféus e camisetas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Lote 1	01	MEDALHA ESPORTIVA produzida em ferro fundido , com aproximadamente 7cm de diâmetro, em formato a ser escolhido pela Secretaria de Esportes, de 3,0mm a 5,0mm de espessura, detalhes da medalha personalizados, pigmentação com tinta específica para metal em alta qualidade, pintura Especial nas Cores: Ouro, Prata e Bronze com efeito envelhecido, fita da medalha personalizado, conforme arte previamente enviada pela secretaria de esportes com cerca de 80cm de comprimento total da fita (com tolerância de 2cm para mais ou para menos) e largura aproximada de 2cm, confeccionada em tecido sintético e impressão de alta definição.	17760	UND	4.338
	02	MEDALHA ESPORTIVA MODELO OURO produzida em liga metálica de Zamac, com 6,5cm de diâmetro, entre 2,0mm e 4,0mm de	17760	UND	2.600



		espessura, com detalhe em forma de coroa de louro em alto relevo ao redor, com centro liso de 35mm de diâmetro, com adesivo resinado personalizado, com fita de no mínimo 20,0mm de largura e 80cm de comprimento total (2 cm de tolerância para mais ou para menos) personalizada com sublimação total.			
Lote 2	03	TROFÉU CAMPEÃO tridimensional, design moderno, produzido em metal composto de alumínio anodizado (dourado) e aço inox polido (prateado), com base escalonada em metal dourado, madeira ou material polimérico (desde que o acabamento seja metalizado) e corpo superior em formato curvado assimétrico, em formato e arte personalizados, com altura total de 40 cm, base circular com diâmetro de 15 cm, espessura das chapas metálicas de 3,0 mm a 5,0 mm. Acabamento com pintura metálica anodizada de alta durabilidade e brilho, com área central para personalização com adesivo ou gravação de até 8 cm de diâmetro, conforme a personalização enviada pela secretaria.	20990	UND	38
	04	TROFÉU DESTAQUE 2º LUGAR tridimensional, design moderno, produzido em metal composto de alumínio anodizado (dourado) e aço inox polido (prateado), com base escalonada em metal dourado, madeira ou material polimérico (desde que o acabamento seja metalizado) e corpo superior em formato curvado assimétrico, em formato e arte personalizados, com altura total de 35 cm, base circular com diâmetro de 13 cm, espessura das chapas metálicas de 3,0 mm a 5,0 mm. Acabamento com pintura metálica anodizada de alta durabilidade e brilho, com área central para personalização com adesivo ou gravação de até 7 cm de diâmetro, conforme a	20990	UND	38



		personalização enviada pela secretaria.			
	05	TROFÉU DESTAQUE tridimensional, design moderno, produzido em metal composto de alumínio anodizado (dourado) e aço inox polido (prateado), com base escalonada em metal dourado, madeira ou material polimérico (desde que o acabamento seja metalizado) e corpo superior em formato curvado assimétrico, em formato e arte personalizados, com altura total de 30 cm, base circular com diâmetro de 12 cm, espessura das chapas metálicas de 3,0 mm a 5,0 mm. Acabamento com pintura metálica anodizada de alta durabilidade e brilho, com área central para personalização com adesivo ou gravação de até 6 cm de diâmetro, conforme a personalização enviada pela secretaria.	20990	UND	93
Lote 3	06	CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO P , confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 51cm de largura x 68cm de altura; manga 17cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e costas) e sublimação na manga 9cm X 9cm. As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 550 camisetas de cor branca, 550 de cor vermelha, 300 camisetas azuis, 300 verdes e 300 amarelas. As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens. No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ,	480883	UND	2.000



		<p>composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p> <p>A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de empenho e da solicitação de fornecimento.</p>			
	07	<p>CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO M, confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 53cm de largura x 70cm de altura; manga 18cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e costas) e sublimação na manga 9cm X 9cm.</p> <p>As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 600 camisetas de cor branca, 600 de cor vermelha, 100 camisetas azuis, 100 verdes e 100 amarelas.</p> <p>As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens.</p> <p>No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p> <p>A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de</p>	480883	UND	1.500



		empenho e da solicitação de fornecimento.			
	08	<p>CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO G, confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 56cm de largura x 72cm de altura; manga 20cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e costas) e sublimação na manga 9cm X 9cm.</p> <p>As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 500 camisetas de cor branca e 500 de cor vermelha.</p> <p>As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens.</p> <p>No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p> <p>A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de empenho e da solicitação de fornecimento.</p>	480883	UND	1.000
	09	<p>CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO GG, confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 59cm de largura x 74cm de altura; manga 23cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e</p>	480883	UND	250



		<p>costas) e sublimação na manga 9cm X 9cm.</p> <p>As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 125 camisetas de cor branca e 125 de cor vermelha.</p> <p>As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens.</p> <p>No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p> <p>A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de empenho e da solicitação de fornecimento.</p>			
	10	<p>CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO EXG, confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 61cm de largura x 76cm de altura; manga 26cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e costas) e sublimação na manga 9cm X 9cm.</p> <p>As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 125 camisetas de cor branca e 125 de cor vermelha.</p> <p>As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens.</p> <p>No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster,</p>	480883	UND	250



		<p>na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p> <p>A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de empenho e da solicitação de fornecimento.</p>			
	11	<p>CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO 12, confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 42cm de largura x 56cm de altura; manga 12cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e costas) e sublimação na manga 6cm X 6cm.</p> <p>As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 80 camisetas de cor branca, 80 de cor vermelha, 80 camisetas azuis, 80 verdes e 80 amarelas.</p> <p>As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens.</p> <p>No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p>	480883	UND	400



		A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de empenho e da solicitação de fornecimento.			
	12	<p>CAMISETA ESPORTIVA TAMANHO 16, confeccionada em tecido Dry Fit 100% poliamida, com medidas aproximadas de 49cm de largura x 64cm de altura; manga 14cm, com costuras e acabamento nas laterais e no pescoço, manga curta, personalizados com arte em sublimação tamanho A4 (frente e costas) e sublimação na manga 6cm X 6cm.</p> <p>As camisetas deverão ser entregues em cores distintas, sendo 120 camisetas de cor branca, 120 de cor vermelha, 120 camisetas azuis, 120 verdes e 120 amarelas.</p> <p>As camisetas deverão ser de primeira qualidade, com cores firmes, que não desbotem e não apresentem manchas, mesmo após sucessivas lavagens.</p> <p>No meio da parte traseira interna da gola deverá ser costurada uma etiqueta em tecido 100% poliéster, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem e tamanho. A camisa deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente resistente e vedado com fita adesiva transparente. A peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.</p> <p>A arte para sublimação será fornecida quando do encaminhamento da nota de empenho e da solicitação de fornecimento.</p>	480883	UND	600

1.7 O objeto desta contratação trata-se de bem comum, não se enquadrando como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, e prorrogável por igual período conforme art. 84 da Lei 14.133/21.



1.9 Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência serão decorrentes de Atas de Registro de Preços e terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, nos termos do capítulo V da Lei 14.133/21.

1.10 O objeto da licitação não possui natureza contínua.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1 A contratada deverá observar que os itens que compõem a presente contratação deverão ser itens que apresentem baixo impacto sobre recursos naturais, como fauna, flora, água, ar e solo, conforme se depreende do art. 4º do Decreto Federal n.º 7746/2012.

4.1.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.3 Não haverá exigência das garantias da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, uma vez que o referido dispositivo legal deixa facultado à autoridade competente a sua exigência, o que não se vislumbra na presente contratação.

4.1.4 A contratada deverá fornecer os materiais de acordo com os padrões mínimos de qualidade exigidos, que garantam a resistência, durabilidade e desempenho adequado para a prática desportiva;

4.1.5 A contratada deverá respeitar o prazo de entrega de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho;

4.1.6 Os materiais deverão ser entregues em plenas condições de uso e com garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação, a contar da data da entrega, a garantia deverá cobrir eventuais reparos, substituição de peças ou, se necessário, substituição integral do equipamento/material, sem custos adicionais para a Administração Pública;

4.1.7 Os equipamentos devem respeitar os padrões e medidas descritos no Termo de Referência.



4.1.8 A contratada será responsável por realizar as entregas dos itens no local designado pela Administração, em conformidade com as datas e horários previamente acordados, o transporte e o manuseio dos equipamentos até o local da entrega serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá garantir que os itens cheguem em perfeitas condições, embalados e protegidos adequadamente.

4.1.9 Caso os equipamentos não estejam em perfeitas condições, a contratada será responsável por realizar a troca do produto.

4.1.10 Exigência de amostras por catálogo.

4.1.11 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer se reserva o direito de solicitar amostras por catálogo dos itens para análise da qualidade, de aspecto visual, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade, e descrição do objeto, visando ao atendimento dos interesses do órgão solicitante;

4.1.11.1 As amostras por catálogo serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo fiscal da contratação;

4.1.11.2 As amostras, por catálogo, deverão ser encaminhadas no final do certame no período a ser indicado pela Comissão de Licitação, e deve conter informações quanto às características (fabricante, certificado, data de fabricação e/ou validade, composição, peso, tamanho, circunferência, etc.);

4.1.11.3 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se as amostras por catálogo foram aprovadas ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

4.1.11.4 É facultada a prorrogação do prazo estabelecido pela Comissão de Licitação, a partir de fundamentação justificada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.11.5 No caso de não haver apresentação de amostra por catálogo ou ocorrer atraso na apresentação deste, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dessa amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.11.6 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, análise da qualidade, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante.

4.1.11.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.11.8 Se a(s) amostra(s) por catálogo apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.11.9 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, caso necessário, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).



5.1 O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001**, na Secretaria de Esportes e Lazer, de segunda-feira a sexta-feira, nos horários entre 9h e às 17h.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9.1 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9.2 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9.3 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9.4 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



5.9.5 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9.6 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.9.7 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9.8 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).



6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001.**



7.2 Todos os materiais deverão ser entregues à Secretaria de Esportes e Lazer, situada à **AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001** de segunda-feira a sexta-feira, nos horários entre 9h e às 17h.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.htm

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 7.4.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7.4.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 7.4.1.3 FGTS;
- 7.4.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 7.4.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 7.4.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do do art. 28, I c/c art. 17, §2º e art. 78, IV da Lei 14.133/21, além do art. 3º, V do Decreto Federal nº 11.462/23.



8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

- a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal



ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período,



a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;



- 10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
 - 10.3.1 advertência;
 - 10.3.2 multa;
 - 10.3.3 impedimento de licitar e contratar;
 - 10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 10.5 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;
- 10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

